

EUGENIA BANDEIRISTA: O MELHORAMENTO DA RAÇA BRASILEIRA COMO FALSO PROPÓSITO DE SAÚDE PÚBLICA

EUGENIA BANDEIRISTA: IMPROVING THE BRAZILIAN RACE AS FALSE PUBLIC HEALTH PURPOSE

George Leonardo Seabra Coelho*
george.coelho@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo avaliaremos como os temas da Saúde Pública e da eugenia são apropriados pelo Movimento Bandeira e divulgado pela revista *S. Paulo* e pelo jornal *Anhanguera*. Não consideramos que esses temas sejam exclusivos do ideário bandeirista, visto que, esse debate já estava posto pelos higienistas e eugenistas no início do século XX, assim como, já havia sido tratado pela escrita literária de Monteiro Lobato. Mesmo que a relação entre Saúde Pública e eugenia não seja inaugurada com o ideário bandeirista, esse grupo ainda não estudado pela historiografia brasileira apresentou uma forma peculiar de abordar o tema da Saúde Pública e da eugenia. Nesse sentido, demonstraremos como o ideário deste grupo se colocou na arena política da década de trinta como mais uma proposta autoritária de remodelação da Nação.

PALAVRAS-CHAVES: Nação, Higiene, Educação Física.

ABSTRACT: In this article, we analyzed the themes of Public Health and eugenics are appropriate for the Movimento Bandeira and published in the journal *S. Paulo* newspaper and the *Anhanguera*. We do not consider that these issues are unique to ideas bandeirista, since this debate went down by hygienists and eugenics in the early twentieth century, as had already been treated by literary writing Monteiro Lobato. Even if the relationship between public health and eugenics is not opened with the ideas bandeirista, this group has not yet studied by Brazilian historiography presented a peculiar way of approaching the subject of Public Health and eugenics. In this sense, we will demonstrate how the ideas of this group stood in the political arena of the thirties as another authoritarian proposal for remodeling the nation.

KEYWORDS: Nation, Health, Physical Education.

O Movimento Bandeira, movimento o qual denominaremos seus simpatizantes como “novos bandeirantes” ou bandeiristas¹ foi organizado por Menotti del Picchia (1892-

* Doutor em História. Professor adjunto do Curso em Licenciatura em Educação do Campo - Habilitação em Artes Visuais e Música da UNiversidade Federal do Tocantins; também colabora com o Curso de Pedagogia da UFT-Campus Arraias.

1988) e Cassiano Ricardo (1895-1974) entre 1935 e 1937. Os principais meios de divulgação das ideias do grupo foram a revista *S. Paulo*² e o jornal *Anhanguera*³. Tal ideário apropriou-se de uma série de enunciados literários verde-amarelos do Modernismo e os transformou em enunciados políticos para combater o Comunismo, o Integralismo e o Liberalismo. Além de defender a instauração do Estado Forte e da Democracia Social Nacionalista, os bandeiristas também apoiaram a candidatura de Armando de Salles Oliveira (1887-1945) na campanha eleitoral à presidência marcada para 1938. Juntamente a essas posições políticas, esse grupo idealizou uma configuração racial única no Brasil através da política de Saúde Pública e da higienização da sociedade brasileira.

A leitura das diretrizes do ideário bandeirista nos oferece uma dupla observação: demonstra a apropriação de enunciados do poema *Martim Cererê* (1927) escrito pelo poeta Cassiano Ricardo e, ao mesmo tempo, expõe como esse ideário fez usos desses enunciados na imprensa para elaborar um projeto nacional. Os periódicos e o poema citados são fundamentais para demonstrar como ocorreu, por meio desses suportes, a apropriação simbólica (Roger Chartier) e a intertextualidade (LaCapra) entre diversos textos e contextos, com os quais, os bandeiristas dialogavam. E mais, através desse aparato conceitual foi possível delinear as trocas simbólicas (Pierre Bourdieu) que subsidiaram a ideologia dos “novos bandeirantes”. Consideramos de antemão, que tal arquitetura discursiva – encontrada na imprensa e na literatura – foi fundamental para a exposição do “pensamento bandeirante” como expressão máxima da mística paulista, mística esta, que supostamente seria a única capaz de exaltar a raça e delinear os destinos do Brasil. A partir desses apontamentos, o objetivo aqui é abordar alguns pontos de encontro entre posições literárias, políticas e científicas que subsidiaram a associação entre a Saúde Pública e o melhoramento da raça brasileira no ideário do Movimento Bandeira.

Como exposto anteriormente, veremos neste artigo como os temas da Saúde Pública e da eugenia são tratados na revista *S. Paulo* e no jornal *Anhanguera*. Não

¹ O termo bandeirista pode ser confundido com intelectuais que estudam as expedições que adentraram o interior da colônia portuguesa no século XVII em busca de indígenas para serem escravizados e pedras preciosas, mas quando esse termo aparecer nesse texto ele tem o mesmo valor de “novos bandeirantes”, ou seja, ele fará referência aos integrantes do Movimento Bandeira.

² A revista *S. Paulo* circulou em 1936 sob a direção de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Levém Vanpre. O mensário foi impresso pela gráfica de Romiti e Lanzara, com fotografias de Theodor Pressing (1883-1962) e Benedito Junqueira Duarte (1910-1995), e contava com a colaboração de Lívio Abramo (1903-1992) na produção gráfica, J. T. W. Sadler na tradução para o inglês, Osmar Pimentel (1912-1969) e Francisco de Castro Neves (1914-1974) como redatores.

³ Esse jornal foi dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Motta Filho entre junho e setembro de 1937 e contava com a colaboração de Osmar Pimentel como redator principal, Guilherme Figueiredo (1891-1997) como crítico literário e Belmonte (1891-1997) como ilustrador.

consideramos que esses temas sejam exclusivos do ideário bandeirista, visto que, esse debate já estava posto pelos higienistas e eugenistas no século XX, assim como, já havia sido tratado pela escrita literária de Monteiro Lobato. Mesmo que a relação entre Saúde Pública e eugenia não seja inaugurada com o ideário bandeirista, esse grupo apresentou uma forma peculiar de abordar o tema. Para melhor compreensão de como essas questões sanitárias e eugênicas dos “novos bandeirantes” ganharam destaque na década de 1930, primeiramente realizaremos uma contextualização do período em que esse ideário se constituiu, para em seguida apresentar os principais pontos do debate bandeirista.

A eugenia é um conjunto de ideias e práticas elaboradas no século XIX que buscava o melhoramento da raça humana através da seleção dos genitores e do estudo da hereditariedade. Segundo Maria Eunice de S. Maciel (1999), no Brasil, as teses eugenistas ganharam força através das ideias de Renato Kehl, médico brasileiro e um dos organizadores do I Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929. O sucesso destas ideias se devia ao fato de que seus pressupostos forneciam uma explicação racial para o atraso brasileiro, e acima de tudo, indicava os caminhos para superar essa situação. Paralelamente, a autora lembra que nas primeiras décadas do século XX, o Brasil começa a ser visto como um “país doente” e Monteiro Lobato ganha destaque com sua frase: “O Jeca não é assim está assim”. Nesta outra vertente, não é mais a raça a responsável pelo atraso do País, mas sua condição de saúde e, portanto, o Brasil não é um país condenado à barbárie, “mas um país ‘civilizável’ a partir da cura de sua população através do conhecimento médico e científico” (MACIEL, 1999, p. 128).

Completando a argumentação de Maria Eunice de S. Maciel, Vanderlei Sebastião de Souza (2005) afirma que o movimento eugenista brasileiro se confundiu com os ideais sanitários, chegando ao ponto de Belisário Penna – um dos principais sanitários – afirmar que o saneamento, a higiene e a medicina social constituíam os alicerces da eugenia. Segundo o autor, apesar do sucesso do modelo da eugenia alemã, inglesa e norte-americana – ambas guiadas pela teoria do plasma germinativo de August Weismann, pela teoria mendeliana e pela biometria – eles não conseguiram superar totalmente os pressupostos ambientalistas e sanitários típicos do pensamento brasileiro (SOUZA, 2005). E, mesmo com a falta de confluência teórica na década de 1920, o autor considera que o discurso eugenista brasileiro chegou na década seguinte com grande vigor ampliando o debate e suas concepções científicas. E serão os reflexos destes debates no interior do ideário bandeirista que iremos analisar neste artigo.

Para esclarecer como o ideário bandeirista se constituiu é necessário retornar aos acontecimentos ocorridos após a vitória do Movimento de 30 contra a oligarquia paulista e as configurações políticas daí decorrente. A vitória das tropas federais sobre a Revolta

Constitucionalista em 1932 não encerrou o impasse entre São Paulo e o Governo Provisório, uma vez que Getúlio Vargas (1882-1954) deveria decidir sobre o futuro político dos paulistas. A primeira medida foi nomear o general Waldomiro de Lima (1873-1938) como interventor. Meses depois, Vargas consulta os paulistas por meio de listas de indicação e Armando de Salles Oliveira – único nome que constava em todas elas – foi nomeado interventor em agosto de 1933.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1980), a derrota em 1932 não representou a ruína dos valores simbólicos, políticos e econômicos do estado, haja vista, que a participação de políticos paulistas na Constituição de 34 assinala uma espécie de reincorporação do estado no cenário nacional. Em 1934, a convite do novo interventor, Cassiano Ricardo reassume a função no Gabinete do Governo, cargo que já exercera na gestão de Júlio Prestes, antes de 1930, e de Pedro de Toledo, em 1932. Retornando à administração pública, Cassiano Ricardo cria e dirige a revista *S. Paulo* em 1936⁴. Com tal ação, consideramos que o poeta e futuro líder bandeirista também colaborou com a reincorporação simbólica dos paulistas no cenário nacional.

Os anos entre 1930 e 1937 são definidos por Sônia Regina de Mendonça (1990) como um período de “crise política aberta”. Como nenhum grupo político tornou-se hegemônico, o novo governo teve a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa. Mesmo com a relativa autonomia do Governo Federal, vários acontecimentos – Revolução Paulista de 32, Constituição de 34 e Intentona Comunista – e movimento políticos – Integralismo, Comunismo e pressões dos liberais – foram postos na arena de disputa política. Além dos já conhecidos movimentos políticos, algumas personalidades reuniram-se em torno do Movimento Bandeira e se lançaram na disputa política de meados da década de 1930.

Retomando o nosso objetivo neste artigo, ou seja, avaliar a questão da Saúde Pública e a configuração da raça brasileira sob a ótica do ideário do bandeirista, observaremos: a importância do café e das estâncias hidrotermais para a saúde, os objetivos da administração voltada para a Saúde Pública paulista, a importância dos Institutos patológicos, a necessidade da Educação Física como meio de melhorar a

⁴ Segundo Marina Takami (2006), dois fotógrafos e um gravador cumpriam a função de executar o projeto gráfico da revista *S. Paulo*. De acordo com a autora, a revista tinha o caráter propagandístico e experimental ligado à estética das vanguardas artísticas do início do século XX. O mensário em rotogravura foi produzido em grande formato (30cm×44cm); as reportagens tinham página dupla e, em alguns números, traziam páginas desdobráveis que trabalhavam com a linguagem dos cartazes. Segundo Kariny Gravitól (2001), a fotografia era peça fundamental na estética da revista, onde vemos a tentativa de divulgação fosse acessível a letrados, analfabetos e estrangeiros.

condição física da sociedade, em particular das mulheres, e por fim, a obrigação do Estado em cuidar da saúde das crianças.

São Paulo, saúde pública e a formação da raça brasileira

É consenso entre os estudiosos da revista *S. Paulo* que a equipe técnica procurou uma estética gráfica que abrangesse a modernização local, que difundisse os feitos do governo de Armando de Salles, que fortalecesse a mística bandeirante⁵ e divulgasse o ideário do Movimento Bandeira. Além desses objetivos, o mensário também trazia em suas reportagens a preocupação com a saúde pública/higienização como forma de exaltar e melhorar a raça/eugenia brasileira.

Sendo a produção cafeeira a principal produção econômica paulista, ela também é inserida no discurso de saúde pública e racial do mensário. Segundo os “novos bandeirantes”, o café é a bebida “das multidões” e “degustado pelos povos de todas as raças” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 1). No texto poético do poema *M. C.* e publicitário da revista *S. Paulo*, uma das características da produção cafeeira é a fusão racial realizada pelo trabalho, pois nessa atividade encontram-se “criaturas oriundas de todos os quadrantes do universo” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 1). Por reunir todas as raças pelo trabalho, o Brasil ofereceu ao mundo um “exemplo da completa fusão étnica, criando o novo tipo humano, liberto dos preconceitos de cor, credo e de origem” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 2). Reproduzindo o discurso literário no discurso político, os redatores da revista *S. Paulo* afirmaram que somente no solo brasileiro se formaria a “raça cósmica”⁶ a partir da união entre o índio, o branco, o negro e o imigrante.

Além da afirmação de que a produção cafeeira possibilitaria a criação de uma nova raça através do trabalho, o que distanciava a concepção racial dos bandeiristas da eugenia norte-americana e europeia que primavam pela raça pura, os “novos bandeirantes” afirmam que o café também possui propriedades benéficas para a saúde. Para subsidiar cientificamente essa afirmação, os redatores se apoiaram nos estudos realizados por C.

⁵ Em relação à construção do “mito bandeirante”, durante as primeiras décadas do século XX, observa-se a preocupação por parte dos intelectuais em descrever o ponto zero da história do país. No meio intelectual paulista, as Bandeiras foram trabalhadas simbolicamente para ocuparem o posto como mito fundador da Nação. Lúcia Lippi de Oliveira (1998) aponta que os bandeirantes estiveram no centro da polêmica, compondo duas imagens opostas: assassinos cruéis ou indivíduos de conduta íntegra.

⁶ Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado no Manifesto “Nhengaçu Verde Amarelo” (In. TELES, 1978) escrito em 1929 eram simpáticos as teses da “Raça cósmica” de José Vasconcelos, pois acreditavam que na América se formaria outra raça através da miscigenação.

Prescott do Instituto de Tecnologia de Massachussets nos Estados Unidos da América. Segundo a posição deste estudioso, o café é “uma fonte de alegria, de força e de bem estar”, pois “reconforta, estimula, aumenta as atividades físicas e mentais, devendo, pois, ser considerado um elemento útil à civilização” (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 1).

Ao lado das propriedades nutritivas e da possibilidade da fusão racial encontrada na produção cafeeira, as estâncias hidrotermais paulistas também são postas como recursos benéficos para a saúde. Tais estâncias hidrotermais com seu alto poder de regeneração estariam ligadas a cura da tuberculose, das doenças renais, reumatismos, das infecções cutâneas e respiratórias. Segundo os bandeiristas, o Estado brasileiro deveria seguir os exemplos da “Alemanha e Itália, que cuidam com desvelo das suas estações de clima e de suas águas medicinais” (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 7). Mesmo que um dos pilares do ideário do Movimento Bandeira combatia às influências do nazismo e do fascismo na política brasileira, os “novos bandeirantes” fazem elogios, aos países em que estes regimes estavam no poder. Segundo a imprensa bandeirista, por não seguir os exemplos desses países, as estâncias de águas medicinais brasileiras ainda estão numa “fase incipiente em que a vulgarização e a propaganda são deixadas à experiência popular” (Idem). Vemos como o discurso bandeirista recorre ao discurso científico para valorizar as riquezas – café e estâncias hidrotermais – do estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que, desqualifica o conhecimento popular. A substituição do conhecimento popular pelo conhecimento científico, ganha respaldo através dos elogios aos Institutos patológicos e a Universidades em São Paulo.

Os porta-vozes do governo paulistas, através das páginas do jornal *Anhanguera*⁷, defendem que a estruturação da Faculdade de Medicina e dos institutos patológicos está na pauta das preocupações com a saúde pública, tanto do governo de Armando de Salles, quanto do ideário bandeirista. De acordo com os bandeiristas, o decreto de doação do terreno “entre as ruas Theodoro Sampaio, Oscar Freire e Avenida Rebouças” será de grande valia para “à ampliação da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo” (ANHANGUERA, 1937, 26 de junho, ano 1, n. 1, p. 5). Ao lado da Faculdade de Medicina, o Instituto Butantan irá preparar soros, antitoxinas bacterianas, vacinas e outros produtos biológicos necessários à defesa sanitária e terapêutica dos brasileiros. Além desses objetivos, esse Instituto “também realizará excursões científicas ao interior para o estudo de endemias”, assim como, “estabelecer contatos com os progressos da medicina experimental” de outros países (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 3).

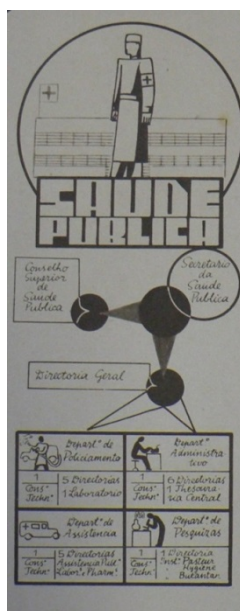
⁷ Não entendemos o jornal *Anhanguera* como entregue exclusivamente às demandas políticas das facções oligárquicas paulistas que detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política, pois esse jornal surgiu e desapareceu com uma função social bem delimitada: divulgar o ideário do Movimento Bandeira, a candidatura de Armando de Salles à presidência e combater as “ideologias forasteiras”.

Por mais que os simpatizantes do Movimento Bandeira defendiam a supremacia do popular sobre o erudito, o discurso direcionado para a Saúde Pública reforçava a desqualificação do conhecimento popular. Isso não nos causa surpresa, visto que os integrantes do grupo eram todos herdeiros das teses sanitaristas do início da década de 1920. Outra característica dos Institutos patológicos e da Faculdade de Medicina, segundo os bandeiristas, seria o contato com as pesquisas realizadas em outros países, principalmente os países europeus, e sua utilização no Brasil. Essas ações – negar o conhecimento popular e importar o conhecimento científico – tinham o intuito bastante específico: sanear o elemento racial brasileiro. Essa perspectiva de saneamento da sociedade que nega o conhecimento popular estava bastante próxima das considerações defendidas por Norbert Elias (1994) sobre o “processo civilizador” ocorrido na Europa moderna.

Maria Eunice de S. Maciel (1999) considera que a ideia de um “processo civilizador” no Brasil expressou-se no ideal de branqueamento da população, o qual estava ancorado na crença de uma suposta “superioridade do branco europeu”. De acordo com a autora, esse ideal acabaria com as raças consideradas “inferiores” e, assim, resolveria o “problema brasileiro”. A autora lembra que outro aspecto do “processo civilizador” brasileiro, diz “respeito às chamadas ‘Campanhas Civilizatórias’ empreendidas pelas elites da República nas primeiras décadas do século XX” principalmente as sanitaristas (MACIEL, 1999, p. 128). No que diz respeito a análise do ideário eugênico dos bandeiristas a partir das observações da autora, concordamos com o segundo apontamento da mesma – Campanhas Civilizatórias –, o que não ocorre com o primeiro – ideal de branqueamento. Não podemos enquadrar a perspectiva eugênica dos “novos bandeirantes” com o ideal do branqueamento, pois eles eram herdeiros da valorização da miscigenação e da formação da Raça Cósmica como “a grande contribuição do Brasil para a Humanidade” (PICCHIA, RICARDO, SALGADO, 1927).

Como veículo de divulgação dos feitos do governo paulista, a revista *S. Paulo* traz várias fotografias e ilustrações que pretendem exaltar as ações da administração pública, dentre elas a Saúde Pública. A seguir, o recorte do referido mensário ilustra a articulação de várias secretarias do governo paulista voltadas para a saúde.

Figura 1



Revista S. Paulo, ano 1, n. 10, 1936.

De acordo com o recorte, a Secretaria de Saúde Pública do estado de São Paulo é dividida em Conselho Superior de Saúde Pública e Diretoria Geral. A Diretoria Geral é dividida em quatro departamentos: o Departamento de Policiamento com um conselho técnico dividido em cinco diretorias e um laboratório; o Departamento Administrativo com um conselho técnico dividido em seis diretorias e uma tesouraria central; o Departamento de Assistência com um conselho técnico dividido em cinco diretorias de Assistência pública, laboratório e farmácia; e por último, o Departamento de Pesquisa com um conselho técnico responsável pela diretoria do Instituto Pasteur, Higiene e Butantan. Os redatores do mensário exaltam essas ações defendendo que todos esses departamentos concorrerão juntos para o saneamento e imunização, evitando assim, a difusão de doenças infecciosas. Observamos neste emaranhado de diretorias, secretarias e conselhos técnicos, um processo de modernização e burocratização administrativa do governo do estado de São Paulo.

Ao refletir sobre a função das secretarias de Saúde Pública do governo paulista, Maria Eunice de S. Maciel (1999) alerta para uma questão bastante importante. Segundo a autora, embora sejam distintas a Higiene e a eugenia, elas apareciam conjugadas e até confundidas no discurso eugênico brasileiro dos anos de 1920 e 1930. Os ideólogos eugenistas afirmavam que para higienizar o Brasil era necessário tomar medidas eugênicas, desta forma, saneamento e eugenia confundiam-se dentro do projeto geral para o progresso do País. Neste sentido, tomaremos emprestadas essas considerações para

melhor compreensão de como os bandeiristas pensavam a Saúde Pública em consonância com o melhoramento racial brasileiro.

Os bandeiristas afirmam que uma das preocupações do poder público paulista em 1936 é o surto de febre amarela. Para combater essa epidemia, o governo do estado criou o Serviço Especial de Defesa Contra a Febre Amarela para auxiliar nas ações governamentais. Para tanto, foi contratado o cientista médico Henrique Aragão – chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro – para orientar e dirigir, técnica e administrativamente o recém criado departamento. De acordo com os porta-vozes do governo paulista, o serviço prestado pelo gabinete do cientista carioca organizará informações epidemiológicas, pesquisas científicas, vacinação e demais medidas de profilaxia. De acordo com a imprensa bandeirista, no ano de 1936 ocorreu outros surtos epidêmicos: de escarlatina, de febre tifoide, de varíola e de difteria, todas elas exigem imunização da população; e também uma epidemia de peste bubônica que necessitou de saneamento em várias partes da cidade. Segundo os noticiários, essas epidemias serão controladas pela Inspetoria de Moléstias Infecciosas e pelo Serviço Sanitário. No que refere à imunização da população, os bandeiristas incorporaram preocupações educacionais⁸ para defender que o combate as doenças infectobacteriológicas devem ser feitos através da imunização, não só como condição ao ingresso da criança na escola, mas desde os primeiros meses de vida. Além dessas medidas, a Secretaria de Saúde Pública também reserva cuidados especiais contra doenças venéreas, da mesma forma, “contra o alcoolismo” visto como uma “doença social”.

Observamos através destes boletins informativos, que os bandeiristas misturam as ações práticas do governo com projetos futuros que poderiam ser tomados pela administração pública. De modo geral, o discurso higienista dos “novos bandeirantes” engloba a popularização da vacinação, o saneamento da cidade, campanhas contra doenças venéreas e o combate ao alcoolismo. Na outra ponta, os bandeiristas defendem a vacinação obrigatória de todos os recém-nascidos como requisito básico para o ingresso da criança no sistema educacional, recurso este, que poderia erradicar determinadas doenças. Desta forma, observamos que a proposta de vacinar a população adulta e os recém-nascidos levaria a administração pública do estado de São Paulo a imunizar toda população contra epidemias que pudessem ocorrer.

De acordo com os “novos bandeirantes”, as ações administrativas propostas pelo governo paulista são exemplos que devem ser seguidos para o melhoramento da Saúde

⁸ Segundo Simone Rocha (2011), as ações educativas na década de 1930 estariam associadas direta ou indiretamente aos ideais de saúde, aja vista que um mesmo ministério, Ministério da Educação e Saúde, atenderia as necessidades dos dois órgãos.

Pública Nacional, e acima de tudo, para o melhoramento racial do brasileiro. No segundo semestre de 1937, essas ações administrativas foram utilizadas para defender a candidatura de Armando de Salles Oliveira a presidência como o melhor caminho a ser seguido pela Nação. Como bem lembra Simone Rocha (2011), já na Constituição de 34, nota-se que saúde e higiene social foram discutidas, tendo como patamar as ideias eugenistas. Ao levar em consideração que políticos paulistas participaram da elaboração da Constituição de 1934, a adoção desses princípios no discurso bandeirista reflete uma similaridade entre a política regional e a política nacional, assim como, um reforço à reincorporação de São Paulo no cenário nacional.

Ao lado das notícias sobre os Institutos de Pesquisas Patológicas, da expansão da Faculdade de Medicina e das campanhas de imunização da população contra doenças infecciosas, o governo de Armando de Salles, segundo a imprensa bandeirista, dará especial atenção para a formação de professores de Educação Física. Segundo os porta-vozes do governo paulista, esse curso de formação contará com duas escolas paralelas: a Escola de Ginástica Infantil e a Escola de Ginástica Feminina. Como exposto mais a frente, os cursos de ginástica especializada oferecida por essas escolas adquirem várias funções referentes à Saúde Pública e a eugenia das mulheres e crianças. Também exporemos que a ginástica e a Educação Física são pensadas paralelamente a medicina e ao melhoramento racial do brasileiro.

O Movimento Bandeira possui um Departamento Esportivo composto por pessoal vinculado ao Departamento de Educação Física do estado de São Paulo. Segundo os redatores bandeiristas, ambos os Departamentos trabalharão pela difusão da cultura física no Brasil, pois essa prática será fundamental para preparar “a base eugênica da raça”. De acordo com essa proposta, a cultura física não pode ser relegada ao amadorismo, ou seja, é “preciso que disponha de um plano científico e técnico que sirva de orientação para o aproveitamento racional dos elementos criadores de força e da saúde do organismo humano” (ANHANGUERA, 1937, 10 de julho, ano 1, n. 13, p. 8). Os “novos bandeirantes” defendem enfaticamente a ginástica, a recreação e a Educação Física escolar como práticas que “visam o desenvolvimento simultâneo e homogêneo dos elementos físicos, intelectual, moral, estético e social” da raça brasileira (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 3).

A preocupação com a Saúde Pública por meio da ginástica tinha dois objetivos: a tipologia racial através do “fichamento antropto-fisiológico” e o “o controle médico dos praticantes” (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 10). Para uma melhor racionalização dessas práticas, os bandeiristas defendem a formação de professores de Educação Física para a “elevação do homem como ser pensante” e orgânico, e por essa razão, a popularização da cultura física é “uma iniciativa de grande alcance para a formação de nossa raça” (Idem).

Por trás da preocupação com a saúde, bem-estar e competições esportivas, os bandeiristas defendem que a Escola Superior de Educação Física “processa um formidável movimento de renovação física e espiritual”, pois trabalha pelo “futuro biológico de nossa raça” (Idem). Complementando esse posicionamento que fundiu Educação Física e eugenia, os bandeiristas defendem que esta Escola é destinada

principalmente à formação de técnicos especialistas em fisicultura, isto é, de professores capazes de compreender e ensinar racionalmente a ginástica e os esportes sob todos os seus aspectos [...] aprendendo higiene, biologia, pedagogia, psicologia e tratamento de acidentes, fisiologia, fisioterapia e outras matérias indispensáveis ao educador físico consciente da responsabilidade de sua missão (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 10).

E, como meio de dar suporte para a concretização desta missão, os bandeiristas afirmam que a criação do curso de Formação de Professores de Educação Física e a estruturação do Departamento Esportivo da Bandeira realizam “um positivo e extraordinário movimento de brasilidade”, pois, defendem a elaboração de uma “ginástica adaptável ao temperamento e a índole de nosso povo” (ANHANGUERA, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 6). A partir da associação entre a Educação Física e a eugenia brasileira, isto é, ao defender a criação de uma modalidade específica de ginástica para o brasileiro, os “novos bandeirantes” tem a “certeza absoluta de estar realizando qualquer coisa de interesse imediato para a nossa nacionalidade” (Idem). Por essa razão, os bandeiristas afirmam que o esporte e a Educação Física possuem uma carga “cultural, cívica e moral”. Segundo Simone Rocha (2011), as reformas educativas propostas no período tiveram no ideal de formação eugênica uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico. Os bandeiristas seguiam essa mesma linha apontada pela autora, isto é, os “novos bandeirantes” consideravam que a educação moral, física e cívica era o principal fator para a formação de uma raça fisicamente forte com padrões estéticos e morais, segundo os quais, definiriam a nobreza de uma raça.

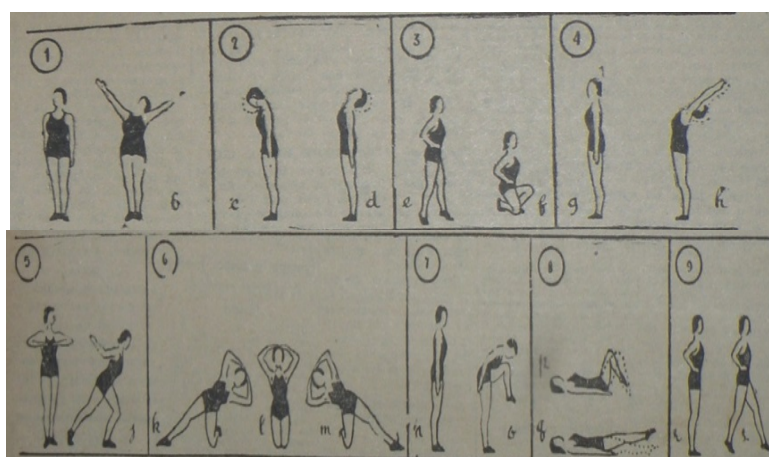
Com o intuito de reforçar o culto ao corpo, os “novos bandeirantes” organizam campanhas para incentivar a “prática da cultura física” entre os brasileiros. Essa divulgação seria feita através da organização de bibliotecas especializadas de esporte, palestras, exposições e campeonatos. Também foram organizadas “conferências com projeções luminosas, principalmente sobre princípios anatômicos, topografia e de fisiologia” (ANHANGUERA, 1937, 6 de julho, ano 1, n. 9, p. 6). De acordo com os bandeiristas, as palestras promovidas pelo Departamento Esportivo da Bandeira teriam um caráter eminentemente popular, ou seja, voltado para a cultura de massa. Vejamos de agora em

diante, qual seria o alcance da popularização da Educação Física para as mulheres e crianças, assim como, as interfaces entre saúde e a eugenia brasileira.

A imprensa bandeirista reserva boa parte de suas notícias para a padronização do comportamento físico feminino. A partir do n. 24, de 24 de julho de 1937, o jornal *Anhanguera* traz como novidade o suplemento feminino “Yara”, escrito por Maria Antonieta Silva Medeiros, diretora do Instituto “Sanitas” e membro do Departamento Feminino da Bandeira. Por meio dessa coluna, Maria Antonieta Silva Medeiros expõe qual deveria ser a forma de pensar a mulher dentro da ideologia dos “novos bandeirantes”.

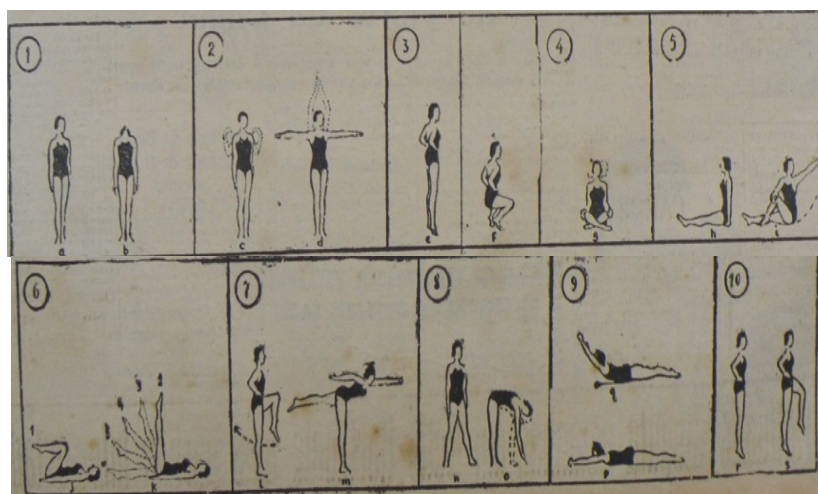
No que concerne ao tema da eugenia das mulheres brasileiras, o ideário bandeirista defende que o poder público deve encarar “pelo lado prático a difusão da ginástica nos meios femininos” (*ANHANGUERA*, 1937, 6 de julho, ano 1, n. 9, p. 6). Tendo o Departamento Feminino da Bandeira como parte da organização do Movimento, o referido departamento divulga através do jornal *Anhanguera* duas Séries de Ginásticas Femininas organizadas pelo professor Edmur Barbosa, intelectual responsável pela Comissão Técnica do Departamento Esportivo do grupo. A seguir as ilustrações da primeira (figura 2) e a segunda (figura 3) Série de Ginástica Feminina, as quais são acompanhadas com detalhes explicativos para cada imagem.

Figura 2



Jornal *Anhanguera*, 1937, 15 de julho, ano 1, n. 17, p. 6.

Figura 3



Jornal *Anhanguera*, 1937, 31 de julho, ano 1, n. 30, p. 11.

Como exposto anteriormente, a Educação Física tem um papel fundamental na forma como os bandeiristas pensavam a Saúde Pública e o melhoramento racial do brasileiro, principalmente da mulher. De acordo com a perspectiva dos novos bandeirantes, a Educação Física deveria ser um “importantíssimo assunto da mulher como esposa e como mãe” (*ANHANGUERA*, 1937, 7 de agosto, ano 1, n. 36, p. 8). Segundo o ideário dos “novos bandeirantes”, o papel exclusivo da mulher é ser mãe e esposa, de forma que, é sua obrigação se preparar para gerar filhos saudáveis. O trecho transcrito a seguir é bastante esclarecedor sobre essa questão. De acordo com o ideário eugênico bandeirista, a Educação Física tem um papel fundamental para a mulher, pois:

É preciso que antes de ser mãe, a mulher obtenha a integridade da função do seu organismo, que os músculos sejam elásticos, que seu ventre retido por paredes sólidas, que sua respiração e circulação sejam perfeitas. Na fase gravídica deve conservar essas medidas, bem orientadas numa ginástica ativa ou passiva, conforme seu estado geral. Depois precisará refazer seus músculos, perder a adiposidade supérflua, corrigir alterações circulatórias e respiratórias que sobrevierem, recalcificar seus ossos, elevando ao máximo seu coeficiente de saúde, tornando-se capaz e digna da grande dádiva do céu – o seu filhinho – a continuidade do seu próprio ser (*Idem*).

De acordo com essa posição que mistura saúde da mulher e sua função social como reprodutora, os bandeiristas são bem claros ao afirmar que “a mulher precisa de treinamento dos músculos necessários as suas funções de reprodução” (*ANHANGUERA*, 1937, 14 de agosto, ano 1, n. 42, p. 8). E para que esses objetivos sejam alcançados, a Série

de Ginástica Feminina divulgada pelo jornal *Anhanguera* seria uma receita para que a mulher se prepare “para a maternidade”, ao mesmo tempo em que possa se preparar contra os males que “prejudicam a estética” (Idem). Para o projeto de Nação defendido pelos bandeiristas, o Brasil necessita de “legiões de mulheres perfeitamente equilibradas e conscientes do seu papel na formação social e étnica de um povo” (Idem). Para esse ideário, a mulher deveria se dedicar ao

culto à terra, ao ar livre, ao sol, a uma alimentação simples e natural, ao exercício físico, ao trabalho, ao dever, de maneira a regenerar o corpo, exultar a vitalidade elevando o nível moral, deve ser, mães de família, o nosso maior trabalho educativo para que se forme uma nova geração viril, consciente dos seus deveres, confiantes na sua força e no seu destino!” (ANHANGUERA, 1937, 7 de agosto, ano 1, n. 36, p. 8).

Os ideólogos bandeiristas através das páginas do jornal *Anhanguera* e da revista *S. Paulo* definem qual deveria ser o papel das mulheres na sociedade idealizada por eles: o melhoramento racial dos futuros brasileiros. De acordo com os “novos bandeirantes”, é dever das mães “vigiar as crianças para que, a ela, sejam dados todos os meios necessários ao seu completo desenvolvimento físico e mental” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 1). Como visto anteriormente a preocupação com a saúde da mulher está totalmente voltada para a estética e para a maternidade. No que se refere a preocupação com a eugenia feminina, na revista *S. Paulo*, como veremos a seguir, os redatores bandeiristas ilustram uma de suas páginas com imagens de mulheres. A inscrição encontrada nesta página informa que essas imagens são “quatro expressões típicas da mulher bandeirante” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6).

Figura 4



Revista *S. Paulo*, ano 1, n. 6

Mesmo que o discurso racial dos bandeiristas pretendesse inserir o branco, o índio, os negros e imigrantes⁹ como formadores do brasileiro, no discurso imagético desse ideário, a eugenia feminina é representada apenas por mulheres brancas. Segundo Maria Eunice de S. Maciel (1999), em uma sociedade fortemente hierarquizada¹⁰ como a brasileira, surgiram projetos de salvação nacional via “melhoramento da raça” através de ideias eugenistas. Por mais que o discurso político dos “novos bandeirantes” seja herdeiro do discurso literário verde-amarelo, o qual incorporaria todas as raças em oposição à exclusividade do branqueamento, nas ilustrações que acompanham a publicidade de seu ideário somente aparecem pessoas brancas. Mesmo com a defesa da miscigenação, a presença apenas de pessoas brancas no discurso imagético bandeirista reflete a dificuldade desses intelectuais em romper com o padrão racista do período.

Como meio de fugir das tendências racistas predominantes, os bandeiristas não combateram a miscigenação como empecilho para o “melhoramento racial”, em seu lugar, defenderam a Saúde Pública e a Educação Física como os caminhos para o melhoramento a raça brasileira. Essa observação nos leva a considerar que o discurso bandeirista voltado para a Saúde Pública não tinha o intuito de bem-estar do brasileiro, mas sim, de defender um discurso estético e racista particular para o futuro eugênico da Nação. Por essa razão, consideramos que a associação entre Saúde Pública e Educação Física sob a ótica bandeirista tornou-se um falso discurso de bem-estar, pois o que está por trás dessa arquitetura discursiva é um discurso de melhoramento racial.

Em relação ao melhoramento eugênico feminino, os bandeiristas defendem que para que essa função seja cumprida de forma eficaz, o Estado deve “educar as mães, pela difusão [...] dos princípios que fazem florescer criaturinhas sadias e robustas, orgulho de uma raça, garantia máxima da grandeza de uma pátria” (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 1). Segundo os porta-vozes bandeiristas, somente uma ação conjunta entre o Estado, a Faculdade de Medicina, os Institutos de ensino, higiene e de Assistência Social é que a sociedade brasileira poderia fazer “florescer criaturinhas sadias e robustas” (Idem). Em relação ao discurso eugênico bandeirista voltado para as mulheres, encontramos o que Maria Eunice de S. Maciel (1999, p. 136) chama de “problema para as protagonistas das ideias eugênicas”, ou seja, para o discurso eugênico, as mulheres eram importantes como

⁹ A posição dos bandeiristas inspirada no poema M. C. enquadra os imigrantes – que chegaram ao Brasil para substituir os escravos africanos – como a quarta raça que se uniu com o branco, o índio e o negro para formar a quinta raça: a Raça Cósmica.

¹⁰ Essa hierarquia racial definia o branco como civilizado e superior, índios e negros como selvagens e inferiores e os mestiços como degenerados.

procriadoras e, portanto, responsáveis pela “nova raça”. Vejamos agora como esse ideário sanitário e eugênico é aplicado às crianças na perspectiva do futuro eugênico nacional.

Segundo o ideário bandeirista, a Assistência Social e Médica oferecida pelo Estado deve velar “pela saúde das crianças” e investigar as “condições higiênicas de meio social do qual provenham” (S. PAULO, 1936, ano 1, n. 3). Os responsáveis pelos departamentos da administração pública devem encaminhar as “crianças suspeitas de moléstias ou necessitadas de tratamento aos Centros de Saúde, Clínicas Especializadas ou Instituições de Assistência Infantil” (Idem). Novamente vemos o quanto a administração responsável pela Saúde Pública sob o governo de Armando de Salles ganha vulto através do discurso publicitário dos “novos bandeirantes”, pois os departamentos de Assistência Social e Médica voltado à criança seria um exemplo para ser seguido pelo restante do país.

Por trás dos elogios direcionados à administração pública paulista, observamos que os objetivos dessa Assistência Social e Médica estão acima da simples preocupação com a saúde das crianças. Os bandeiristas afirmam que outro objetivo desses departamentos é o “fichamento clínico e biotipológico” das crianças, exames estes que servirão para a “homogeneização das classes de educação física” (Idem). Após os fichamentos “clínico e biotipológico”, os ideólogos bandeiristas aconselham que a sociedade brasileira deva promover concursos eugênicos nas escolas. Essa “ação preservativa” na esfera educacional, também deve considerar, entre outros fatores, o “coeficiente de aproveitamento em educação física, desde que se queira, de fato, realizar uma grande obra em prol de nossa eugenia” (ANHANGUERA, 1937, 6 de julho, ano 1, n. 9, p. 6). A partir desses fragmentos, fica evidente a relação intrínseca entre Educação Física escolar e eugenia no ideário político dos “novos bandeirantes”.

O sistema educacional dos anos de 1920 e 1930 era extremamente elitista e selecionador. Ao mesclar a Saúde Pública, a eugenia e a educação, vemos como o discurso bandeirista compartilha do caráter selecionador, ou seja, os “novos bandeirantes” defendiam um sistema educacional pautado na seleção biotipológica para a formação de classes escolares. Segundo Simone Rocha (2011), a relação entre eugenia e educação foi reforçada pela Constituição de 1934, como por exemplo, no Artigo 138 que determinava que à União, aos Estados e aos Municípios deveriam: “estimular a educação eugênica”; “adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis”; e apoiar a “higiene social” e a “propagação das doenças transmissíveis”. De modo geral, a autora afirma que a educação a partir da Constituição de 34 foi concebida como um dos fatores responsáveis pela “conscientização eugênica para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos” (ROCHA, 2011, p. 7).

No que concerne as instituições e auxílio e assistência à criança pobre, os bandeiristas reconhecem a “impossibilidade dos poderes governamentais promoverem sozinhos a solução urgente que o problema requer” (ANHANGUERA, 1937, 20 de agosto, ano 1, n. 47, p. 1). Frente a impossibilidade do poder público para acolher as crianças pobres, esse ideário defende que é imprescindível a colaboração de particulares nessa “obra preservativa”. Uma das instituições que auxiliariam a efetivação do projeto bandeirista voltado para a proteção das crianças é o Preservatório Imaculada Conceição localizado na cidade de Bragança. De acordo com o noticiário bandeirista, essa instituição há quinze anos recolhe crianças filhas ou órfãs de pais falecidos vítimas de tuberculose e declaradas não contaminadas. Os bandeiristas parabenizam essa instituição católica pertencente a Ordem da Imaculada Conceição, pois ela batalha pela “saúde dos filhos de tuberculosos pobres”, assim como, pelo combate “a miséria do lar, a alimentação deficiente, a falta de higiene” (Idem).

De acordo com a perspectiva bandeirista, a doença, a miséria, a alimentação deficiente e a falta de higiene trazem “prejuízos incalculáveis para as novas gerações” e para a “dezena de futuros elementos úteis e produtivos” (ANHANGUERA, 1937, 20 de agosto, ano 1, n. 47, p. 3). De modo mais amplo, os bandeiristas defendem que o poder público e instituições particulares devem combater “essa anomalia de ordem social” – pobreza, alcoolismo, doenças e vandalismo – através de “medidas sérias de proteção [...] para a família e para os menores pobres” (ANHANGUERA, 1937, 6 de julho, ano 1, n. 9, p. 6). Por essa razão, deve-se cuidar da “criança pobre e inteligente e acompanha-la [...] para aproveitar todos os valores da raça” (ANHANGUERA, 1937, 7 de julho, ano 1, n. 10, p. 3). Sendo assim, o objetivo fundamental da Assistência Social direcionada para as crianças sob a perspectiva do Movimento Bandeira era “educar seus filhos, curar suas enfermidades e fazê-lo um brasileiro prestante e feliz” (Idem).

Como foi possível observar ao longo da análise da leitura do ideário bandeirista, o saneamento, o combate as doenças infecciosas, a Educação Física, a campanha em defesa da saúde da mulher e das crianças estão direcionadas não para o bem-estar, mas para o melhoramento eugênico da Nação e para a formação de indivíduos “úteis e produtivos”. Neste sentido, no discurso de Saúde Pública bandeirista encontramos um falso dilema de bem-estar, em seu lugar encontramos um discurso que incorpora a saúde física voltada para o melhoramento racial do brasileiro e formação de sujeitos práticos.

Conclusão

Após as análises descritas acima, observamos como o projeto bandeirista aproxima-se das considerações de Pietra Diwan (2007) sobre os projetos políticos brasileiros elaborados na década de 1930, projetos estes que incluíram premissas médicas e ideais científicos relativos ao trabalho, a educação, ao urbanismo, a higiene e ao civismo. Assim como outros projetos eugenistas estudados pela autora, consideramos que os “novos bandeirantes” e sua ideologia autoritária próxima as tendências fascistas, defendiam publicamente o combate as doenças infectobacteriológicas e doenças venéreas, assim como, combatia indivíduos “propensos a vícios” como o alcoolismo. Essas duas questões, doenças e vícios, foram utilizadas como meios para o melhoramento racial. Como observamos na análise do discurso bandeirista, também encontramos o caráter autoritário do discurso eugênico, tanto em textos que defendem a função da Educação Física, quanto nas imagens que ilustram a padronização da ginástica feminina, nas imagens de mulheres que gerariam os herdeiros da “raça de gigantes”.

Concordamos com Maria Eunice de S. Maciel (1999, p. 131) ao afirmar que a maioria das propostas eugênicas – em nosso caso o ideário do Movimento Bandeira – são de natureza autoritária, pois expressam uma regulamentação em que não são levados em consideração os indivíduos e seu livre arbítrio. O ideário do Movimento Bandeira tinha um ideal que se baseava em um modelo excludente, onde o Estado teria a obrigação de zelar pela “depuração eugênica” da população através de um discurso aceito como científico. Os ideais da educação eugênica que demonstram seu caráter autoritário estão presentes na Constituição de 1937, a qual apresenta o caráter obrigatório da Educação Física em todos os níveis de ensino. Segundo a carta constitucional:

A Educação Física, o ensino físico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1937).

As intenções de inserção da Educação Física na Educação encontrada da Constituição de 1937 não estavam longe da proposta da cultura física dos “novos bandeirantes”. Concordamos com Simone Rocha (2011), ao considerar que a Educação Física entrou para o currículo escolar como ideal eugênico na formação do cidadão pretendido pelo Estado. Como visto neste artigo, a associação entre Saúde Pública, Educação Física e Educação já vinham ganhando terreno da administração pública paulista

e no ideário dos “novos bandeirantes” antes de 1937. E não podemos estranhar que os principais líderes do Movimento Bandeira – Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo – estavam diretamente ligados ao corpo doutrinário instaurado em novembro de 1937. Não apontamos uma continuidade ideológica entre os bandeiristas e o corpo doutrinário estadonovista, mas uma similaridade de opiniões frente ao papel da Educação Física para a formação racial, moral e cívica do brasileiro. Nesse sentido, reafirmamos que as preocupações com a Saúde Pública e a cultura física são postos como um falso propósito de bem-estar da população brasileira em prol/favor do melhoramento da raça brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª Ed. São Paulo: Editora representativa, 1999. 361 p.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 27/05/2015.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 27/05/2015
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p.
- DIWAN, PIETRA. *Raça Pura; uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungman. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 277 p. (Vol. 2)
- GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501 p.
- GRAVITOL, Kariny. *Viajante incansável: trajetória e obra fotográfica de Theodor Preising*. 2011. 158 f. Dissertação (Ciências da Computação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2011.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: n: PALTÍ, Elías José. O giro intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998
- MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf>. Acesso em: 20/07/2015
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 315-326
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de oliveira. *Americanos: representações da identidade nacional do Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, 224 p.

PICCHIA, Menotti del.; RICARDO, Cassiano.; SALGADO, Plínio Salgado. *O Curupira e o Carão*. São Paulo: Editora Hélios, 1927. p. 109

ROCHA, S. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de Eugenia 1929-1933. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/963/59>. Acesso em: 07/07/2015

SOUZA, V. S. de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

TAKAMI, Marina Castilho. *Imagem na “Marcha” pela propaganda: revista S.Paulo (1936)*. Disponível em: <[http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/ CD%20XVIII/pdf/ ST%2021/Marina%20Castilho%20Takami.pdf](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2021/Marina%20Castilho%20Takami.pdf)> Acesso em: 04/04/2015

TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje*. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978. 384 p.

Periódicos

Revista S. PAULO, 1936, ano 1, n. 1
 Revista S. PAULO, 1936, ano 1, n. 2
 Revista S. PAULO, 1936, ano 1, n. 3
 Revista S. PAULO, 1936, ano 1, n. 6
 Revista S. PAULO, 1936, ano 1, n. 7
 Revista S. PAULO, 1936, ano 1, n. 10
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 26 de junho, ano 1, n. 1, p. 5
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 6 de julho, ano 1, n. 9, p. 6
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 7 de julho, ano 1, n. 10, p. 3
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 10 de julho, ano 1, n. 13, p. 8
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 15 de julho, ano 1, n. 17, p. 6.
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 31 de julho, ano 1, n. 30, p. 11.
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 7 de agosto, ano 1, n. 36, p. 8
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 14 de agosto, ano 1, n. 42, p. 8
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 20 de agosto, ano 1, n. 47, p. 1
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 20 de agosto, ano 1, n. 47, p. 3
 Jornal ANHANGUERA, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 6